

A Divina Trindade

Herman Bavinck

O Ser Eterno se revela em Sua existência triúna até mesmo de forma mais rica e indispensável do que em Seus atributos. É nessa Trindade santa que cada atributo do Seu Ser alcança, digamos, o seu conteúdo pleno e o seu significado mais profundo. Somente quando nós contemplamos essa trindade é que nós descobrimos quem e o que Deus é. Só assim nós podemos descobrir quem e o que Ele é para essa humanidade perdida. Nós só podemos descobrir isso quando nós o conhecemos e confessamos como o Deus Triúno do Pacto, como o Pai, o Filho e o Espírito Santo.

Ao considerarmos essa parte da nossa confissão é particularmente necessário que um tom de reverência santa e um temor ingênuo caracterizem nossa aproximação e atitude. Para Moisés foi um momento terrível e inesquecível aquele em que Deus lhe apareceu no deserto em uma sarça ardente. Quando Moisés olhou para a saca ardente, que ardia e não se consumia, a certa distância, e quis aproximar-se, o Senhor o advertiu, dizendo: “Não te chegues para cá; tira as sandálias dos pés, porque o lugar onde estás é terra santa”. Ao ouvir essas palavras Moisés temeu muito e escondeu seu rosto, pois temia olhar para Deus (Ex 3.1-6).

Tal respeito santo convém também a nós como testemunhas da revelação que Deus faz de si mesmo em Sua Palavra como o Deus Triúno, pois nós devemos sempre nos lembrar que, quando nós estudamos esse fato nós não estamos tratando de uma doutrina sobre Deus, ou de um conceito abstrato, ou de uma proposição científica a respeito da Divindade. Nós não estamos lidando com uma construção humana na qual nós mesmos ou outras pessoas tenham arrumado os fatos, e que nós agora vamos tentar analisar logicamente e desmembrar. Nós estamos tratando da Trindade, estamos lidando com o próprio Deus, com o único e verdadeiro Deus, que revelou-se como tal em Sua palavra. Isso foi o que Ele disse a Moisés: “Eu sou o Deus de Abraão, Isaque e Jacó” (Ex 3.6). Assim também Ele se revela a nós em Sua Palavra e se manifesta a nós como o Pai, o Filho e o Espírito.

E é assim que a Igreja Cristã sempre tem confessado a revelação de Deus como o Deus Triúno, e aceitado-o como tal. Nós encontramos essa confissão nos Doze Artigos do Credo apostólico. O cristão não está nesse credo dizendo o que ele pensa sobre Deus. Ele não está dando ao leitor uma noção de Deus, nem dizendo que Deus tem tal e tal atributos, e que Ele existe dessa ou daquela forma. Ele simplesmente confessa: “Creio em Deus Pai, e em Jesus Cristo, seu único filho, e no Espírito Santo, ou seja, eu creio no Deus Triúno”. Ao fazer essa confissão o cristão expressa o fato de que Deus é o Deus vivo e verdadeiro, que é o Deus Pai, Filho e Espírito, o Deus de sua confiança, a quem ele tem se rendido inteiramente, e em quem ele descansa com todo o seu coração. Deus é o Deus de sua vida e de sua salvação. Como Pai, Filho e Espírito, Deus o criou, redimiu-o, santificou-o e glorificou-o. O cristão deve tudo a Ele. É sua alegria e prazer que ele possa crer nesse Deus, confiar nele e esperar tudo dele.

O que o cristão confessa sobre Deus não é resumido por ele em um número de termos abstratos, mas é descrito como uma série de atos feitos por Deus no passado, no presente, e que serão feitos no futuro. São os atos, os milagres de Deus que constituem a confissão do cristão. O que o cristão confessa em seu credo é uma longa, abrangente e elevada história. É uma história que compreende todo o mundo em sua largura e

profundidade, em seu início, processo e fim, em sua origem, desenvolvimento e destino, do ponto da criação até a plenitude dos tempos. A confissão da Igreja é a declaração dos poderosos feitos de Deus.

Esses feitos são numerosos e são caracterizados por uma grande diversidade. Mas eles também constituem uma rigorosa unidade. Eles estão relacionados uns aos outros, preparados uns para os outros, e interdependentes. Há ordem e padrão, desenvolvimento e progresso nos feitos de Deus. Eles começam na criação e vão até a redenção, santificação e glorificação. O fim volta ao começo e é ao mesmo tempo o ápice que é exaltado acima de sua origem. Os feitos de Deus formam um círculo que se desenvolve na forma de um espiral; eles representam a harmonia entre a linha horizontal e a vertical; eles se movem ao mesmo tempo para frente e para trás.

Deus é o arquiteto e o construtor de todos os Seus feitos, a fonte e o final deles. Dele, através dele e para Ele são todas as coisas. Ele é o Fabricante, o Restaurador e o Plenificador. A unidade e a diversidade das obras de Deus se originam da unidade e diversidade que existem no Ser divino. Esse Ser é um Ser, singular e simples. Ao mesmo tempo Ele é tripartido em Sua pessoa, em Sua revelação e em Sua influência. Toda a obra de Deus é compacta e indivisível, mas ao mesmo tempo compreende a mais rica variedade. A confissão da Igreja compreende toda a história do mundo. Nessa confissão estão incluídos os momentos de criação e de queda, de reconciliação e perdão, de renovação e restauração. É uma confissão que procede do Deus Triúno e que volta para Ele.

O artigo sobre a santa Trindade é o coração e o núcleo de nossa confissão, a marca registrada de nossa religião, e o prazer e o conforto de todos aqueles que verdadeiramente crêem em Cristo.

Essa confissão foi a âncora na guerra de tendências através dos séculos. A confissão da santa Trindade é a pérola preciosa que foi confiada à custódia da Igreja Cristã.

Se essa confissão da Trindade de Deus assume a posição central na fé cristã, então é importante conhecer sobre qual pano de fundo ela é projetada e de qual fonte ela tem fluído para a Igreja. Não são poucos os que em nossos dias que afirmam que essa doutrina é fruto do argumento humano e de estudo acadêmico e que, por isso, essa doutrina não tem qualquer valor para a vida religiosa. Para essas pessoas o Evangelho original, como foi pregado por Jesus, nada sabia sobre qualquer tipo de doutrina da Trindade de Deus – isto é, nada sobre o termo em si e nada sobre a realidade que o termo expressa. O argumento continua dizendo que o original e simples Evangelho de Jesus foi mesclado com a filosofia grega e foi falsificado. Dessa forma a Igreja Cristã absorveu a pessoa de Cristo na natureza divina e eventualmente absorveu também o Espírito Santo no Ser divino. E foi assim que a Igreja começou a confessar três pessoas no Ser divino.

Mas a Igreja cristã sempre teve um pensamento totalmente diferente sobre isso. Ela não viu na doutrina da Trindade uma descoberta de teólogos sutis, nem um produto da mistura do Evangelho com a filosofia grega, mas uma confissão que foi materialmente concluída no Evangelho e em toda a Palavra de Deus – em resumo, uma doutrina que a fé cristã extraiu da revelação de Deus. Em resposta à questão: “Desde que há apenas um Ser divino, por que você fala de Pai, Filho e Espírito Santo?”, o Catecismo de Heidelberg dá uma resposta curta e conclusiva: “Porque Deus assim revelou em Sua Palavra” (pergunta 25). A revelação de Deus é o firme terreno sobre o qual essa confissão da Igreja repousa. A revelação de Deus é a fonte da qual essa doutrina de uma Igreja Cristã única, santa e universal tem se desenvolvido. Deus revelou-se dessa forma.

E Ele se revelou dessa forma, isto é, como um Deus Triúno, porque Ele existe dessa forma; e Ele existe dessa forma porque Ele se revelou assim.

A Trindade na revelação de Deus aponta para a Trindade em sua existência.

Essa revelação não aconteceu em um só momento. Ela não foi apresentada e aperfeiçoada em um só ponto no tempo. Pelo contrário, essa revelação tem uma longa história, desenvolvida no decorrer dos séculos. Ela começou na criação, continuou depois da Queda, na promessa e nos feitos da Graça que foram feitos em Israel, e alcançou seu ápice na pessoa e obra de Cristo, na descida do Espírito Santo e no estabelecimento da Igreja. Ela se mantém agora através dos séculos, apesar de toda a oposição, baseada no testemunho da Escritura e na rocha firme da confissão da Igreja. Como a revelação tem tido essa longa história, há progresso e desenvolvimento também na confissão da existência triúna de Deus. Deus não muda. Ele permanece sempre o mesmo. Mas no progresso da revelação Ele sempre se faz mais claro e mais glorioso às pessoas e aos anjos. Na medida em que Sua revelação progride, nosso conhecimento se desenvolve.

Quando, nos dias do Velho Pacto, Deus começa a se revelar, o que permanece como pano de fundo dessa revelação é a unidade, a unicidade de Deus.

Devido ao pecado do homem o puro conhecimento de Deus tinha sido perdido; a verdade, como Paulo profundamente afirma, foi transformada em injustiça. Até mesmo o que de Deus pode ser conhecido através das Suas obras foi inutilizado pela imaginação dos homens e foi obscurecido pela vaidade de seus corações. Em uma de suas mãos a raça humana carregava a idolatria, e, em outra, o culto às imagens (Rm 1.18-23).

Portanto foi necessário que a revelação começasse com uma ênfase sobre a unidade de Deus. A Escritura parece clamar à raça humana: “Os deuses diante dos quais vocês se ajoelham não são deuses verdadeiros. Há somente um Deus verdadeiro, a saber, o Deus que no começo fez os céus e a terra (Gn 1.1; 2.1), o Deus que se fez conhecido a Abraão como Deus todo poderoso (Gn 17.1; Ex 6.3), o Deus que apareceu a Moisés como Jeová, como o Eu sou o que sou (Ex 3.14), e o Deus que, em Sua soberania, escolheu o povo de Israel, e chamou-o e aceitou-o em Seu pacto (Ex 19.4 ss.)”. Antes de tudo, portanto, a revelação tinha como seu conteúdo a mensagem de que só Jeová é Elohim, só o Senhor é Deus, e não há outro Deus além dele¹.

Também para o povo de Israel a revelação da unidade de Deus era desesperadamente necessária. Israel estava rodeado por todos os lados por pagãos que em todas as épocas tentaram levá-lo à apostasia e à incredulidade; além disso, na época imediatamente antes do cativeiro, uma grande parte do povo de Israel sentia-se atraída à idolatria pagã e ao culto às imagens, e várias vezes adotaram essas práticas pagãs apesar da proscrição da lei e das advertências dos profetas. Diante dessa situação o próprio Deus colocou ênfase no fato de que Ele, o Senhor, que tinha aparecido a Moisés e que queria redimir Seu povo por intermédio de Moisés, era o mesmo Deus que se fez conhecido a Abraão, Isaque e Jacó como o Deus todo poderoso (Ex 3.6,15). Quando Ele deu Sua lei a Israel ele escreveu em seu preâmbulo: “Eu sou o Senhor, teu Deus, que te tirei da terra do Egito”. E nos dois primeiros mandamentos Ele proíbe toda idolatria e culto a imagens (Ex 20.2-5). Porque o Senhor, nosso Deus, é o único Senhor, Israel deve amá-lo com todo o seu coração, com toda a sua alma, e com toda a sua força (Dt 6.4,5). Só o Senhor é o Deus de Israel e portanto Israel deve servir somente a Ele.

¹ Dt 4.35,39; Js 22.22; 2Sm 7.22; 22.32; 1Re 18.39; Is 45.5,18,21.

Contudo, apesar do fato da unidade de Deus ser tão enfatizado e de constituir o primeiro artigo da lei básica de Israel, as distinções dentro dessa unidade vieram à luz também nessa revelação, na medida em que ela progredia. O nome que é geralmente usado para designar Deus no hebraico original tem um certo significado aqui. Esse nome, Elohim, é uma forma plural e, portanto, apesar de não designar as três pessoas do Ser divino, em seu caráter plural ele aponta para a plenitude de vida e de poder que existe em Deus. Isso, sem dúvida, em conexão com o fato de que Deus, às vezes, ao falar de si mesmo, usa o plural, e dessa forma faz distinções dentro de si mesmo que apresentam um caráter pessoal (Gn 1.26,27; 3.22; Is 6.8).

De grande importância é o ensino do Velho Testamento de que Deus traz tudo à existência em Sua criação e em sua providência através de Sua Palavra e de Seu Espírito. Ele não é um ser humano, que, a custo de grande dificuldade e esforço consegue fazer algo a partir do material que tem em suas mãos. Ele simplesmente, pela Sua Palavra, do nada, chama todas as coisas à existência.

No primeiro capítulo do Gênesis nós somos informados dessa verdade na forma mais sublime possível, e nos Salmos essa verdade é expressa mais gloriosamente em palavra e em canção. Ele falou, e tudo se fez; ele ordenou, e tudo passou a existir (Sl 33.9). Ele manda a sua palavra e derrete o gelo (Sl 147.18). A voz do Senhor está sobre as águas, a voz do Senhor faz tremer os desertos, a voz do Senhor faz com que os montes saltem como bois selvagens e desnuda os bosques (Sl 29.3-10).

Duas verdades estão contidas nesse registro exaltado das obras de Deus: A primeira é que Deus é todo poderoso, que pela Sua palavra traz todas as coisas à existência, cuja palavra é lei (Sl 33.9) e cuja voz é poder (Sl 29.4); e a segunda é que Deus age deliberadamente, e não sem providência, e executa todas as Suas obras com a mais elevada sabedoria. A palavra que Deus fala é poder, mas também é um veículo de pensamento. Ele fez a terra pelo Seu poder, Ele estabeleceu o mundo pela Sua sabedoria, e com a Sua inteligência estendeu os céus (Jr 10.12; 51.15). Ele fez todas as Suas obras com sabedoria; a terra está cheia das Suas riquezas (Sl 104.24). Essa sabedoria de Deus não teve sua origem fora dele, mas estava nele desde o princípio. O Senhor a possuía no princípio de Suas obras, antes de Suas obras mais antigas. Quando Ele preparou os céus, quando traçava o horizonte sobre a face do abismo, quando firmava as nuvens de cima, quando estabelecia as fontes do abismo, a sabedoria já estava com ele, e era sua arquiteta, e dia após dia era as Suas delícias, e alegrava-se diante dele em todo o tempo (Pv 8.22-31; Jó 20.20-28). Deus se alegrava na sabedoria com a qual Ele criou o mundo.

Paralelamente a essa palavra e a essa sabedoria o Espírito de Deus surge como o Mediador da criação. Exatamente da mesma forma que Deus ao mesmo tempo *é e possui* a sabedoria, e assim Ele pode dividi-la e exibi-la em Suas obras, dessa mesma forma Ele é Espírito em Seu Ser (Dt 4.12,15) e possui o Espírito, o Espírito pelo qual Ele mora no mundo e está sempre presente nele em todos os lugares (Sl 139.7). Sem que alguém tenha sido Seu conselheiro, o Senhor, por Seu espírito, chamou todas as coisas à existência (Is 40. 13 ss.). No princípio o Espírito se movia sobre a face das águas (Gn 1.2), e Ele permaneceu em atividade enquanto todas as coisas eram criadas. Por esse Espírito o Senhor enfeitou os céus (Jó 26.13), renova a face da terra (Sl 104.30), dá vida ao homem (Jó 33.4), mantém o fôlego nas narinas dos homens (Jó 27.3), dá-lhe entendimento e sabedoria (Jó 32.8), e faz secar-se a erva e cair a flor (Is 40.7). Em resumo, os céus por sua palavra se fizeram, e, pelo sopro de sua boca, o exército deles (Sl 33.6).

E essa diversidade encontrada em Deus fica ainda mais clara nas obras de recriação, pois nelas não é Elohim, o Deus “geral”, mas o Jeová, o Senhor, o Deus do pacto que se revela e que se faz conhecido em Suas maravilhas de redenção e salvação. Como Senhor Ele redime e conduz Seu povo não apenas através de Sua palavra, mas também através do Anjo do pacto (o Anjo do Senhor). Esse Anjo aparece já na história dos patriarcas: a Hagar (Gn 16.6), a Abraão (Gn 18 ss.) e a Jacó (Gn 28.13 ss.). Esse Anjo revela Sua Graça e poder especialmente na libertação de Israel de sua escravidão no Egito². Esse Anjo do Senhor não possui o mesmo nível de importância dos anjos criados; Ele é uma revelação e uma manifestação especial de Deus. Por um lado, Ele é claramente distinto de Deus, que fala dele como Seu Anjo, e, por outro lado, Ele é um com Deus em poder, em redenção e bênção, em glória e honra. Ele é chamado Deus em Gênesis 16.13, o Deus de Betel em Gênesis 31.13, troca de lugar com Deus, o Senhor (Gn 18.30,32; Ex 3.4), e leva em si o nome de Deus (Ex 23.21). Ele redime de todo o mal (Gn 48.16), resgata Israel das mãos dos egípcios (Ex 3.8), abre as águas do mar (Ex 14.19-21), preserva o povo de Deus em sua jornada, conduz-os em segurança para Canaã e faz com que eles vençam os seus inimigos (Ex 3.8; 23.20) e deve ser obedecido em tudo, como se fosse o próprio Deus (Ex 23.20), e sempre acampa-se ao redor daqueles que temem ao Senhor (Sl 34.7; 35.5).

Assim como em sua obra de recriação Jeová realiza Suas atividades redentivas através do Anjo do pacto, da mesma forma Ele, pelo Seu Espírito, dá ao Seu povo todos os tipos de energias e dádivas. No Velho Testamento o Espírito do Senhor é a fonte de toda a vida, bem estar e habilidade. Ele concede coragem e força aos juízes, a Otniel (Jz 3.10), Gideão (Jz 6.34), Jefté (Jz 11.29), e Sansão (Jz 14.6; 15.14). Ele concede percepção artística aos construtores do tabernáculo e de seus utensílios, e também aos construtores do templo³, e dá sabedoria e entendimento aos juízes que foram escolhidos para auxiliar Moisés (Nm 11.17,25). Ele dá o espírito de profecia aos profetas⁴ e renova, santifica e orienta todos os filhos de Deus (Sl 51.12,13; 143.10).

Em resumo, a palavra, a promessa, o pacto que o Senhor deu a Israel no êxodo do Egito existiu através dos tempos, e continuou de pé mesmo depois do cativo, nos dias de Zorobabel, e por isso o povo não precisava temer (Ag 2.4,5). Quando o Senhor tirou Israel do Egito Ele se tornou o Salvador de Israel. E essa simpatia de Deus em favor de Seu povo expressou-se no fato de que em toda a opressão do povo Ele foi oprimido (Ele considerou a aflição de Seu povo como Sua própria aflição), e portanto enviou Seu Anjo para preservar Seu povo. Ele redimiu Israel por Seu amor e Graça e aceitou-o como Sua propriedade especial durante todos os dias da antiguidade. Ele enviou a Israel o Espírito de Sua santidade para conduzi-lo nos caminhos do Senhor (Is 63.9,12). Nos dias do Velho Pacto, o Senhor, através do sumo sacerdote, abençoou Seu povo com sua bênção tríplice: a bênção da vigilância sobre o povo, a bênção da Graça e a bênção da paz (Nm 6.24-26).

Dessa forma, gradualmente, mas de forma inequívoca, a tríplice distinção dentro do ser divino se expressa na história de Israel. Todavia o Velho Testamento inclui promessas de que no futuro haveria uma revelação mais elevada e mais rica. Mas Israel repudiou a Palavra do Senhor e irritou Seu Espírito Santo (Is 63.10; Sl 106). A revelação de Deus através do Anjo do pacto e do Espírito do Senhor provou ser inadequada. Se Deus

² Ex 3.2; 13.21; 14.19; 23.20-23; 32.34; 33.2; Nm 20.16.

³ Ex 28.3; 31.3-5; 35.31-35; 1Cr 28.12.

⁴ Nm 11.25,29; 24.2,3; Mq 3.8.

quisesse confirmar Seu pacto e cumprir Sua promessa, outra revelação, mais elevada, seria necessária.

Tal revelação foi anunciada pelos profetas. No futuro, nos últimos dias, o Senhor chamará do meio do povo de Israel um profeta semelhante a Moisés, e o Senhor colocará Suas palavras na boca desse profeta (Dt 18.18). Ele será um sacerdote segundo a ordem de Melquisedeque (Sl 110.4); Ele será um rei da casa de Davi (2Sm 7.12-16), o renovo de Jessé (Is 11.1), um rei que julga e busca o juízo (Is 16.5). Ele será um ser humano, um homem, filho de uma mulher (Is 7.14), sem formosura e sem beleza (Is 53.2 ss.); Ele será o Emanuel (Is 7.14), o Senhor de justiça (Jr 23.6), o Anjo do Pacto (Ml 3.1), a aparição do próprio Senhor ao Seu povo (Os 1.7; Ml 3.1). E o Seu nome será Maravilhoso, Conselheiro, Deus Forte, Pai da Eternidade, Príncipe da Paz (Is 9.6).

Essa manifestação do Servo do Senhor será seguida por uma rica dispensação do Espírito Santo. Como o Espírito de sabedoria e entendimento, de conselho e de força, de conhecimento e de temor do Senhor, esse Espírito estará sobre o Messias (Is 11.2; 42.1; 61.1). Ele será derramado sobre toda a carne, sobre filhos e filhas, idosos e jovens, servos e senhores⁵, e lhes dará um novo coração e um novo espírito, e Seu povo andarão em Seus estatutos, e obedecerá os Seus mandamentos⁶.

Dessa forma o Velho Testamento nos mostra que a completa revelação de Deus será a revelação de Seu Triúno Ser.

Essa promessa e o anúncio de seu cumprimento no Velho Testamento são muito satisfatórios. Com relação a isso a unidade ou unicidade de Deus é o ponto de partida de toda revelação⁷. Mas a diferença dentro dessa unicidade se torna muito mais clara no Novo Testamento. Ela acontece primeiramente nos grandes eventos redentivos da encarnação, satisfação e derramamento do Espírito, e acontece também na instrução de Jesus aos Seus apóstolos. A palavra de salvação é um todo, uma obra de Deus com começo e fim. Contudo podemos ver nela três grandes momentos, que são a eleição, o perdão e a renovação, e esses três momentos apontam para uma causa tríplice no Ser divino. Essa causa é o Pai, o Filho e o Espírito Santo.

O envio de Cristo já nos mostra a atividade tríplice de Deus, pois enquanto o Pai dá o Filho ao mundo (Jo 3.16), o Filho é gerado em Maria pelo Espírito Santo (Mt 1.20; Lc 1.35). Em Seu batismo Jesus é ungido pelo Espírito Santo, e é publicamente declarado o Filho amado do Pai, o Filho no qual o Pai tem prazer (Mt 3.16,17). As obras que Jesus realizou foram-lhes mostradas pelo Pai (Jo 5.19; 8.38) e realizadas no poder do Espírito Santo (Mt 12.28). Em Sua morte ele se ofereceu a Deus pelo Espírito Eterno (Hb 9.14). A ressurreição foi um ato do Pai (At 2.24) e ao mesmo tempo um ato do próprio Jesus, pelo qual Ele prova ser o Filho de Deus segundo o Espírito de Santidade (Rm 1.4). E depois de Sua ressurreição, Ele, no quadragésimo dia, ascendeu aos mais altos céus e sujeitou a si mesmo os anjos, as autoridades e os poderes.

O ensino de Jesus aos apóstolos concorda plenamente com a lição desses eventos.

Jesus veio à terra para proclamar o Pai e fazer Seu nome conhecido entre os homens (Jo 1.18; 17.6). O nome de Pai aplicado a Deus como criador de todas as coisas também foi usado pelos pagãos. Esse sentido do termo recebe apoio das Escrituras em vários lugares⁸. Além disso, o Velho Testamento várias vezes usa a designação de Pai para

⁵ Jl 2.28,29; Is 32.15; 44.3; Ez 36.26,27; Zc 12.10.

⁶ Ez 11.19,20; 36.26; Jr 31.31-34; 32.38-41.

⁷ Jo 17.3; 1Co 8.4; 1Tm 2.5.

⁸ Lc 3.38; At 17.28; Ef 3.15; Hb 12.9.

referir-se ao relacionamento teocrático de Deus com Israel, porque em Sua maravilhosa habilidade Ele criou e mantém esse relacionamento (Dt 32.6; Is 63.16). Mas no Novo Testamento uma nova luz é gloriosamente lançada sobre esse nome de Pai aplicado a Deus. Jesus sempre indica uma diferença essencial entre o relacionamento que Ele mesmo mantém com Deus e o relacionamento que outras pessoas, tanto os judeus quanto os discípulos, mantêm com Ele. Quando, por exemplo, Ele ensina aos discípulos a oração dominical, Ele diz expressamente: “Vós orareis assim: Pai nosso”. E quando, depois da ressurreição, Ele anuncia a Maria a Sua ascensão, Ele diz: “Subo para meu Pai e vosso Pai, para meu Deus e vosso Deus” (Jo 20.17). Em outras palavras, Deus é Seu próprio Pai (Jo 5.18). O Pai conhece o Filho e o ama de tal forma que, reciprocamente, na mesma extensão, só o Filho pode conhecer e amar o Pai⁹. Entre os apóstolos, Deus é constantemente chamado de Pai de nosso Senhor Jesus Cristo (Ef 1.3). Esse relacionamento entre o Pai e o Filho não se desenvolveu no tempo, mas existe desde a eternidade (Jo 1.1,14; 17.24). Portanto, Deus é Pai, em primeiro lugar, porque em um sentido especial Ele é o Pai do Filho. Essa é Sua característica original, especial e pessoal.

Em um sentido derivado Deus é chamado de Pai de todas as Suas criaturas porque Ele é seu criador e Sustentador (1Co 8.6). Ele é chamado Pai de Israel porque Israel é Seu povo em virtude de eleição e chamado (Dt 32.6; Is 64.8), e o Pai da Igreja e de todos os crentes porque o amor do Pai pelo filho os alcança (Jo 16.27; 17.24) e porque eles foram aceitos como Seus filhos e nasceram dele através do Espírito (Jo 1.12; Rm 8.15).

Portanto, o Pai é sempre o Pai, a primeira pessoa, de quem, no Ser de Deus e no conselho de Deus, procede a iniciativa nas obras de criação e providência, redenção e santificação. Ele concedeu ao Filho ter a vida em si mesmo (Jo 5.26) e enviou o Espírito (Jo 15.26). Sua é a eleição e o beneplácito (Mt 11.26; Ef 1.4,9,11). Dele procedem a criação, a providência, a redenção e a renovação (Sl 33.6; Jo 3.16). A Ele, de forma especial, pertencem o poder, o reino e a glória (Mt 6.13). Ele particularmente recebe o nome de *Deus* em distinção ao *Senhor* Jesus Cristo e ao Espírito *Santo*. Além disso, Cristo, como Mediador, não o chama apenas de Pai, mas também de Deus (Mt 27.46; Jo 20.17) e o próprio Cristo é chamado de Cristo de Deus¹⁰. Em uma palavra, a primeira pessoa do Ser divino é o Pai porque “dele são todas as coisas” (1Co 8.6).

Se Deus é o Pai, logicamente há também um *Filho* que recebeu vida dele e que compartilha de Seu amor. No Velho Testamento o nome de filho de Deus foi usado por anjos¹¹, pelo povo de Israel¹², e particularmente também para o rei teocrático desse povo¹³. Mas no Novo Testamento esse nome ganha um significado mais profundo, pois Cristo é o Filho de Deus em um sentido especial; Ele é exaltado sobre todos os anjos e profetas (Mt 13.32; 21.17; 22.2), e Ele mesmo diz que ninguém conhece o Pai senão o Filho, e ninguém conhece o Filho senão o Pai (Mt 11.27). De forma distinta de homens e anjos, Deus é o Pai do Filho (Rm 8.32), o Filho amado em quem o Pai se compraz (Mt 3.17), o Filho unigênito (Jo 1.18), a quem o Pai concedeu ter vida em si mesmo (Jo 5.26).

Esse relacionamento único e especial entre o Pai e o Filho não se desenvolveu no tempo através de uma concepção sobrenatural do Espírito Santo ou da unção no batismo, ou da

⁹ Mt 11.27; Mc 12.6; Jo 5.20.

¹⁰ Lc 9.20; 1Co 3.23; Ap 12.10.

¹¹ Jó 38.7.

¹² Dt 1.31; 8.5; 14.1; 32.6,18; Os 11.1.

¹³ 2Sm 7.11-14; Sl 2.7.

ressurreição, ou da ascensão – apesar de muitos pensarem assim – mas é um relacionamento que existe desde a eternidade. O Filho que em Cristo assumiu a natureza humana estava no princípio com Deus como o Verbo (Jo 1.1), e subsistia em forma de Deus (Fp 2.6), era coberto de glória (Jo 17.5,24), era o resplendor da glória e a expressão exata de Deus (Hb 1.3), e precisamente por isso Ele podia, na plenitude dos tempos, ser enviado, dado, trazido ao mundo¹⁴. Portanto, a criação (Jo 1.3; Cl 1.16), a providência (Hb 1.3) e a realização de toda a obra de salvação (1Co 1.30) são atribuídas a Ele. Ele não é criado, como o são as Suas criaturas; Ele é o unigênito delas, ou seja, Ele é o Filho que tem a primazia e os direitos de filho mais velho sobre todas as criaturas (Cl 1.15). Dessa forma Ele é o primogênito dos mortos e o primogênito entre todos os irmãos e, portanto, entre todos e em todos Ele é o primeiro (Rm 8.29; Cl 1.18). E muito embora na plenitude dos tempos Ele tenha assumido a forma de servo, Ele subsistia na forma de Deus. Ele era em todas as coisas como Deus, o Pai (Fp 2.6): na vida (Jo 5.26), no conhecimento (Mt 11.27), na força (Jo 1.3; 5.21,26), em honra (Jo 5.23). Ele é Deus e deve ser louvado por toda a eternidade¹⁵. Assim como todas as coisas pertencem ao Pai, elas pertencem também ao Filho (1Co 8.6).

Tanto o Pai quanto Filho, juntos e unidos no Espírito Santo e por meio do Espírito, moram em todas as criaturas. Deus, em Sua natureza, é Espírito (Jo 4.24) e Ele é santo (Is 9.3); mas o Espírito Santo é claramente distinto de Deus como Espírito. Para fazer uma comparação podemos dizer que o homem é um espírito em sua natureza invisível, e também possui um espírito por meio do qual Ele é consciente de si mesmo. Assim também Deus é um Espírito por natureza e também possui um Espírito, Espírito esse que sonda as profundezas do Ser de Deus (1Co 2.11). Como tal esse Espírito é chamado de Espírito de Deus ou Espírito Santo (Sl 51.12; Is 63.10,11). Dessa forma é feita uma distinção entre esse Espírito e o espírito de um anjo ou o espírito de um ser humano ou de qualquer outra criatura. Mas apesar de ser distinto de Deus, do Pai e do Filho, Ele mantém o mais íntimo relacionamento com ambos. Ele é chamado de sopro do Todo Poderoso (Jó 33.4), o sopro da boca do Senhor (Sl 33.6), é enviado pelo Pai e pelo Filho (Jo 14.26; 15.26) e procede de ambos, não somente do Pai (Jo 15.26), mas também do Filho, pois Ele é chamado tanto de Espírito de Cristo quanto de Espírito do Pai (Rm 8.9).

Embora o Espírito Santo seja dado, enviado ou derramado pelo Pai e pelo Filho, Ele geralmente aparece como um poder ou um dom que qualifica os homens para cumprir seu chamado ou seu ofício. Dessa forma, por exemplo, o Espírito Santo é mencionado em Atos em conexão com o dom da profecia (At 8.15; 10.44; 11.15; 15.8; 19.2). Mas não é correto inferir desse fato, como muitos fazem, que o Espírito Santo nada mais é que um outro dom ou um poder de Deus. Em outros textos Ele aparece como uma pessoa, como alguém que tem nomes pessoais, características pessoais e realiza obras pessoais. Em João 15.26 e 16.13,14 (apesar da palavra grega usada para designar o Espírito ter o gênero neutro), Cristo usa o masculino: *Ele* dará testemunho de mim e me glorificará. Da mesma forma Cristo o chama de Consolador, usando o mesmo nome que é usado para Cristo em 1João 2.1, um nome traduzido como *advogado* em algumas traduções.

Além desses nomes pessoais, todos os tipos de características pessoais são atribuídas ao Espírito Santo: por exemplo, capacidade de escolha (At 13.2), opinião própria (At 15.28), auto determinação ou vontade (1Co 12.11). Além disso, todos os tipos de

¹⁴ Jo 3.16; Gl 4.4; Hb 1.6.

¹⁵ Jo 1.1; 20.8; Rm 9.5; Hb 1.8,9.

atividades pessoais são atribuídos a Ele, tais como conhecimento (1Co 2.11), audição (Jo 16.13), fala (Ap 2.17), capacidade de ensinar (Jo 14.26), de interceder (Rm 8.27), e assim por diante. E tudo isso mostra de forma clara e sublime que Ele está no mesmo nível do Pai e do Filho (Mt 28.19; 2Co 13.14).

O último ponto é o mais importante e indica o fato de que o Espírito santo não é meramente uma pessoa, mas é Deus. As Escrituras nos dão todos os dados de que necessitamos para fazer essa confissão. Nós temos apenas que observar, com respeito à distinção entre Deus e Seu Espírito mencionada acima, que os dois trocam de lugar freqüentemente na Escritura, de forma que não há diferença se é Deus ou Seu Espírito quem fala ou faz alguma coisa. Em Atos 5.3,4 a mentira ao Espírito Santo é chamada de uma mentira a Deus. Em 1Coríntios 3.16 os crentes são chamados templo de Deus porque o Espírito mora neles. A esses fatos devemos acrescentar os vários atributos divinos do Espírito, tais como eternidade (Hb 9.14), onipresença (Sl 139. 7), onisciência (1Co 2.11), onipotência (1Co 12. 4-6), e várias obras divinas, como a criação (Sl 33.6), a providência (Sl 104. 30), a redenção (Jo 3.3), são atribuídas ao Espírito Santo, tanto quanto ao Pai e ao Filho. Consequentemente, Ele desfruta da mesma glória que o Pai e o Filho. Ele tem Seu lugar junto ao Pai e ao Filho como causa da salvação (2Co 13. 14; Ap 1.4). E foi também em Seu nome que nós fomos batizados (Mt 28.19) e abençoados (2Co 13.14). Além disso, a blasfêmia contra o Espírito Santo é o pecado imperdoável (Mt 12.31,32). Em outras palavras, assim como todas as coisas são *do* Pai e *através* do Filho, todas elas existem e repousam *no* Espírito Santo.

Todos esses elementos da doutrina da Trindade espalhados pelas Escrituras foram reunidos por Jesus em Sua ordem batismal e pelos apóstolos em suas bênçãos. Depois de Sua ressurreição e antes de Sua ascensão Cristo enviou Seus apóstolos para irem fazendo discípulos de todas as nações e batizando-os em um único nome, no qual três sujeitos diferentes são revelados. O Pai, o Filho e o Espírito Santo são em Sua unicidade e em Suas distinções a plenitude da revelação de Deus. E de acordo com o ensino dos apóstolos, todo o bem e a salvação do homem estão contidos no amor do Pai, na Graça do Filho e na comunhão do Espírito Santo¹⁶. O beneplácito, o conhecimento, o poder, o amor, o reino e a força são do Pai. A Mediação, a reconciliação, a Graça, e a redenção são do Filho. A regeneração, a renovação, a santificação e a redenção são do Espírito. O relacionamento que Cristo mantém com o Pai corresponde exatamente ao relacionamento que o Espírito mantém com Cristo. Assim como o Filho nada fala e nada faz além daquilo que recebe do Pai (Jo 5.26; 16.15), assim também o Espírito tudo recebe de Cristo (Jo 16. 13,14). Assim como o Filho dá testemunho do Pai e glorifica o Pai (Jo 1.18), assim também o espírito dá testemunho do filho e glorifica o filho (Jo 15.26; 16.14). Assim como ninguém vem ao Pai se não for trazido pelo filho (Jo 14.6), ninguém pode dizer que Jesus é o Senhor se não for através do Espírito (1Co 12.3). Através do Espírito nós temos comunhão com o Pai e com o Filho. É no Espírito Santo que Deus, através de Cristo, mora em nossos corações. E se tudo isso é assim, então o Espírito Santo é, juntamente com o Pai e o Filho, o único e verdadeiro Deus, e deve ser eternamente adorado como tal.

A essa instrução do Espírito Santo a Igreja Cristã tem dito sim e amém. A Igreja não chegou a essa rica e gloriosa confissão sem antes passar por uma dura e longa luta de tendências. Séculos da mais profunda experiência de vida espiritual dos filhos de Deus e dos mais agudos intelectos dos pais e dos mestres da Igreja foram necessários para que esse ponto da revelação da Escritura fosse entendido e reproduzido com fidelidade na

¹⁶ 1Co 13.14; 1Pe 1.2; 1Jo 5.4-6; Ap 1.4-6.

confissão da Igreja. Sem dúvida a Igreja não teria obtido sucesso nesse esforço de firmar seus fundamentos se não tivesse sido conduzida pelo Espírito a toda a verdade e se Tertuliano e Irineu, Atanásio e os três santos da Capadócia, e Agostinho e Hilário e muitos outros além desses, não tivessem sido homens especialmente dotados e capacitados de sabedoria para nos mostrar o caminho correto.

Nada menos que a essência peculiar do Cristianismo estavam em jogo nessa luta de opiniões. Durante dois séculos a Igreja correu o risco de ser arrastada de suas fundações sobre as quais estava edificada e assim ser engolida pelo mundo.

Por um lado, havia a ameaça do Arianismo, assim chamado por causa do presbítero Alexandrino chamado Ário, que morreu no ano 336. Ário afirmava que somente o Pai é o Deus eterno e verdadeiro, visto que somente Ele, no sentido pleno da palavra, não foi gerado. A respeito do Filho, o Logos, que Em Cristo se tornou carne, ele pensava que, por esse Cristo ter sido gerado, Ele não podia ser Deus, tinha que ser uma criatura – uma criatura, é verdade, que tinha sido criada antes das outras criaturas, mas que, como todas as outras, foi criada pela vontade de Deus. E, da mesma forma, Ário afirmava que o Espírito Santo era uma criatura ou mais uma qualidade ou atributo de Deus.

Por outro lado o partido do Sabelianismo, assim chamado por causa de um certo Sabélio que viveu em Roma no começo do terceiro século, estava em plena atividade. Sabélio afirmava que o Pai, o Filho e o Espírito Santo eram três nomes usados para designar o mesmo Deus – um Deus que tinha se feito conhecido, à medida em que Sua revelação progredia, por diversas formas e manifestações. Na forma do Pai, Deus foi o Criador e o Legislador; na forma do Filho Ele foi o Redentor; e Ele agora age na forma do Espírito Santo na recriação da Igreja.

Enquanto o Arianismo tenta manter a unicidade de Deus colocando o Filho e o Espírito Santo do lado de fora do Ser divino e reduzindo-os ao nível de criaturas, o Sabelianismo tenta chegar ao mesmo resultado roubando a independência das três pessoas da Trindade. Ele faz isso transformando as pessoas da Trindade em três formas sucessivas de revelação do mesmo Ser divino. No Arianismo o modo de pensar racionalista e deísta dos judeus encontra sua expressão característica, e no Sabelianismo está a idéia pagã de panteísmo e misticismo. No momento em que a Igreja começou a criar um claro registro da verdade que foi depois apresentado na confissão da Trindade de Deus, essas duas outras tendências colocaram-se à sua esquerda e à sua direita, e acompanharam a confissão da Igreja até os nossos dias. A Igreja, e cada um de seus membros, deve estar sempre em guarda para não fazer injustiça, por um lado, à unicidade de Deus, e, por outro lado, às três Pessoas que compõem esse Ser único. A unicidade não pode ser sacrificada em benefício da diversidade, nem a diversidade em benefício da unicidade. Manter as duas em sua inseparável conexão e em seu puro relacionamento, não apenas teoricamente, mas também na vida prática, é o chamado de todos os crentes.

Para satisfazer a essa exigência a Igreja Cristã e a teologia cristã primitiva fizeram uso de várias palavras e expressões que não podem ser encontradas literalmente nas sagradas Escrituras. A Igreja começou a falar da *essência* de Deus e de três *pessoas* nessa essência do Ser divino. Ela falava de características *triúnas* e *trinitárias*, ou *essenciais* e *pessoais*, da *eterna geração* do Filho e da *procedência* do Espírito Santo do Pai e do filho, e outros termos semelhantes.

Não há razão pela qual a Igreja Cristã e a teologia cristã não devam usar esses termos e expressões, pois as Sagradas Escrituras não foram dadas por Deus à Igreja para ser desconsideradamente repetida, mas para ser entendida em toda a sua plenitude e riqueza, e para ser reafirmada em sua própria linguagem para que dessa forma possa proclamar

os poderosos feitos de Deus. Além disso, tais termos e expressões são necessários para manter a verdade da Escritura contra seus oponentes e colocá-la em segurança contra equívocos e erros humanos. E a história tem mostrado através dos séculos que a despreocupação com esses nomes e a rejeição deles conduz a vários afastamentos da confissão.

Ao mesmo tempo nós devemos, no uso desses termos, nos lembrar que eles são de origem humana e, portanto, limitados, sujeitos a erro e falíveis. Os Pais da Igreja sempre reconheceram isso. Por exemplo, eles afirmavam que o termo *personas*, que foi usado para designar as três formas de existência no Ser divino não fazem justiça à verdade, mas servem de ajuda para manter a verdade e eliminar o erro. A palavra foi escolhida, não porque fosse a mais precisa, mas porque nenhuma outra melhor foi encontrada. Nesse caso a palavra está atrás da idéia, e a idéia está atrás da realidade. Apesar de não poder preservar a realidade a não ser dessa forma, nós nunca devemos nos esquecer de que é a realidade que conta, e não a palavra. Certamente na glória outras e melhores palavras e expressões serão colocadas em nossos lábios.

A realidade a que se refere a confissão da Santa Trindade é da maior importância, tanto para a mente quanto para o coração.

É através dessa confissão que a Igreja mantém, em primeiro lugar, tanto a unicidade quanto a diversidade do Ser divino. O Ser divino é um. Há apenas um Ser que é Deus e pode ser chamado de Deus. Na criação e na redenção, na natureza e na Graça, na Igreja e no mundo, no estado e na sociedade, sempre e em todo lugar nós estamos relacionados a apenas um Deus vivo e verdadeiro. A unidade do mundo, da raça humana, da verdade, da virtude, da justiça, e da beleza dependem da unidade de Deus. No momento em que a unidade de Deus é negada, a porta é aberta ao politeísmo.

Mas essa unidade ou unicidade de Deus é, de acordo com a Escritura e com a confissão da Igreja, não uma unidade vazia, nem solitária, mas cheia de vida e força. Ela envolve diferença, ou distinção, ou diversidade. É essa diversidade que se expressa nas três pessoas do Ser de Deus. Essas três pessoas não são meramente três modos de revelação. Elas são modos de ser. Pai, Filho e Espírito Santo compartilham da mesma e única natureza divina e de suas características. Eles são um Ser. Todavia cada um tem Seu nome e Sua característica particular, pela qual é diferenciado dos outros. Somente o Pai tem a paternidade, somente o filho tem a geração, e somente o Espírito possui a qualidade de proceder do Pai e do Filho.

A essa ordem de existência no Ser divino corresponde a ordem das três pessoas nas obras divinas. O Pai é *de* quem, o Filho é *através* de quem, e o Espírito Santo é *em* quem todas as coisas existem. Todas as coisas na criação, na redenção e na recriação procedem do Pai, através do Filho e do Espírito. E no Espírito e através do Filho elas voltam para o Pai. Nós devemos ao Pai o Seu amor, manifesto na eleição; devemos ao Filho a Sua Graça redentora; devemos ao Espírito Sua ação regeneradora e renovadora.

Em segundo lugar, a Igreja, ao manter essa confissão, assume uma forte posição contra as heresias do deísmo (crença em Deus sem uma revelação) e panteísmo (politeísmo), e judaísmo e paganismo. Sempre há essa dupla tendência no coração humano: a tendência de pensar em Deus como estando distante e alheio ao mundo e em si mesmo como independente de Deus, e a tendência de mesclar Deus com o mundo, identificando-o com o mundo e assim deificar tanto a si mesmo quanto o mundo ao seu redor. Quando a primeira tendência prevalece nós chegamos ao ponto de pensar que podemos viver sem Deus na natureza, em nosso chamado, em nossos negócios, em nossa ciência, em nossa arte e também na obra de nossa redenção. Quando a segunda tendência prevalece nós

mudamos a glória de Deus à imagem da criatura, deificamos o mundo, o sol, a lua, as estrelas, a ciência ou o estado, e, na criatura, geralmente concebida à nossa imagem, nós cultuamos nossa própria grandeza. No primeiro caso Deus está apenas distante; no segundo caso Ele está apenas perto. No primeiro caso Ele está fora do mundo, sobre o mundo e livre do mundo; no segundo caso ele está dentro do mundo e confunde-se com ele.

Mas a Igreja confessa os dois lados da moeda: Deus está acima do mundo, é essencialmente diferente do mundo e ao mesmo tempo está com todo o Seu Ser presente no mundo e nunca esteve separado dele. Ele tanto está distante quanto está perto. Ele tanto é exaltado acima de todas as criaturas quanto profundamente condescendente com elas. Ele é nosso Criador, que nos trouxe à existência por Sua vontade como criaturas distintas dele em espécie. Ele é nosso Redentor que nos salva, não por causa de nossas obras, mas pelas riquezas de Sua Graça. Ele é nosso santificador, que mora em nós como em Seu templo. Sendo o Deus Triúno, Ele é um Deus e está *acima* de nós e *dentro* de nós.

Finalmente, em terceiro lugar, a confissão da Igreja é também da maior importância para a vida espiritual. Muito injustificadamente algumas pessoas dizem que a doutrina da Trindade é meramente um dogma abstrato filosófico e que não possui qualquer valor para a religião e para a vida. A Confissão de Fé Reformada tem um ponto de vista totalmente diferente desse. No artigo IX dessa Confissão a Igreja afirma que Deus é um em essência e três em pessoas. Isso nós sabemos pelo testemunho da Escritura e pelas atividades das três pessoas, especialmente aquelas que sentimos dentro de nós. De fato, nós não baseamos nossa fé na Trindade em sentimentos e experiências, mas quando nós cremos nela, nós notamos que a doutrina mantém íntimo relacionamento com a experiência espiritual dos filhos de Deus.

Os crentes conhecem as obras do Pai, o Criador de todas as coisas, que lhes deu vida, e fôlego, e tudo o mais. Eles aprendem a conhecê-lo como o Legislador que lhes deu Seus santos mandamentos para que eles andassem em Seus caminhos. Eles aprendem a conhecê-lo como o Juiz que é provocado a uma terrível ira pelas injustiças dos homens e que em nenhum sentido inocenta o culpado. E eles aprendem a conhecê-lo, finalmente, como o Pai que por causa de Cristo é seu Deus e Pai, em quem eles confiam que suprirá todas as suas necessidades, do corpo e da alma, e que converterá todo o mal que os ameaça no vale das sombras em bem. Eles sabem que Ele pode fazer isso por ser o Deus Todo Poderoso e que ele quer fazer isso por ser o Pai Fiel. Portanto eles confessam: Eu creio em Deus, o Pai, o Todo Poderoso, Criador dos céus e da terra.

Da mesma forma eles aprendem a conhecer em si mesmos as obras do Filho, que é o unigênito do Pai, gerado em Maria pelo Espírito Santo. Eles aprendem a conhecê-lo como seu maior Profeta e Mestre, que lhes revela perfeitamente o secreto conselho e vontade de Deus com relação à sua redenção. Eles aprendem a conhecê-lo como seu único sumo sacerdote, que redimiu-os pelo único sacrifício de Seu corpo, e que constantemente ainda intercede por eles junto ao Pai. Eles aprendem a conhecê-lo como seu Rei eterno, que os governa com Sua Palavra e com seu Espírito e que os protege e preserva pela realização de sua redenção. Portanto eles confessam: Eu creio em Jesus Cristo, o Unigênito Filho de Deus, nosso Senhor.

E eles também aprendem a reconhecer em si mesmos as obras do Espírito Santo, que os regenera e os conduz à verdade. Eles aprendem a conhecê-lo como o operador de sua fé, que através da fé faz com que eles compartilhem em Cristo de todos os Seus benefícios. Eles aprendem a conhecê-lo como o Consolador, que intercede por eles com gemidos

inexprimíveis e que dá testemunho ao espírito deles de que eles são filhos de Deus. Eles aprendem a conhecê-lo como o penhor de sua herança eterna, que os preserva até o dia de sua redenção. Portanto eles confessam: Eu creio no Espírito Santo.

Dessa forma a confissão da Trindade é o resumo da religião cristã. Sem ela, nem a criação, nem a redenção, nem a santificação podem ser sustentadas.

Todo afastamento dessa confissão conduz ao erro em outros pontos doutrinários, exatamente como uma representação errada dos artigos de fé tem sua origem em uma concepção errada da doutrina da Trindade. Nós só podemos proclamar verdadeiramente as poderosas obras de Deus quando as reconhecemos e confessamos como uma grande obra do Pai, do Filho e do Espírito.

No amor do Pai, na Graça do Filho e na comunhão do Espírito Santo está contida toda a salvação do homem.

Fonte: *Teologia Sistemática*, Herman Bavinck. Editora SOCEP.